



Câmara Municipal de Mafra

ESTADO DE SANTA CATARINA



OF. Nº 168/D/2020

Mafra, 12 de agosto de 2020.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem
Presidente
Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Brasília DF
CEP 70165-900

Prezado Presidente,

A Câmara Municipal de Mafra, acolhendo proposição de **minha** autoria e das **Vereadoras Claudia Maria Bus e Marise Valério Bráz de Oliveira**, dirige-se a vossa senhoria, a fim de encaminhar **MOÇÃO DE APELO PARA QUE SEJA VOTADA, EM REGIME DE URGÊNCIA A PEC – PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL, 015/2015, A QUAL AUMENTA A PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO JUNTO AO FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, ALÉM DE TORNA-LO UM FUNDO PERMANENTE**, conforme cópia do Requerimento ao Plenário nº 130/2020, aprovado na íntegra e por unanimidade por esta Casa de Leis, anexo.

Sendo o que tinha para o momento,

Atenciosamente,


VER. EDER GIELGEN
Presidente



Câmara Municipal de Mafra

ESTADO DE SANTA CATARINA



REQUERIMENTO AO PLENÁRIO Nº 130/2020

OBJETIVO: MOÇÃO DE APELO PARA QUE SEJA VOTADA, EM REGIME DE URGÊNCIA A PEC – PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL, 015/2015, A QUAL AUMENTA A PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO JUNTO AO FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, ALÉM DE TORNA-LO UM FUNDO PERMANENTE.

DATA: 21 de julho de 2020.

AUTORES: Ver.^a Cláudia Maria Bus, Ver. Eder Gielgen e Ver.^a Marise Valério Bráz de Oliveira.

Os Vereadores que abaixo assinam, ouvido o Plenário, na forma regimental, requerem que seja oficiado à **Câmara dos Deputados e ao Senado Federal** solicitando:

Que seja votada, em regime de urgência a PEC – Projeto de Emenda Constitucional, 015/2015, a qual aumenta a participação da União junto ao FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, além de torna-lo um fundo permanente.

A presente **MOÇÃO DE APELO** se faz necessária devido ao fim da versão atual do FUNDEB, no dia 31 de dezembro de 2020.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.



Câmara Municipal de Mafra

ESTADO DE SANTA CATARINA



Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

A PEC 015/2015 aumenta de 10% para 20% em seis anos a participação da União na manutenção do Fundeb e torna o fundo permanente; desta forma garantindo a segurança de uma educação digna para os alunos da Rede Pública de Ensino.

Sem mais para o momento, reiteramos votos de estima e consideração.

Sala de sessões, 21 de julho de 2020.

Ver.^a Cláudia Maria Bus

Ver. Eder Gielgen

Ver.^a Marise Valério Braz de Oliveira

LEITURA:

Data 21 / 07 / 2020

VOTAÇÃO:

Data 23 / 07 / 2020

Câmara Municipal de Mafra
Aprovado pelo
Pleno Nº 164 e 168/D



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

DESPACHO Nº 4/2021

Junte-se à página oficial da tramitação das proposições legislativas as cópias eletrônicas de manifestações externas, conforme listagem a seguir exposta:

1. PL nº 772 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.050931/2020-82
2. PL nº 772 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.050929/2020-11
3. PEC nº 65 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.094468/2020-81
4. PL nº 772 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.045039/2020-80
5. PL nº 772 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.045028/2020-08
6. PL nº 1142 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.055241/2020-10
7. SUG nº 1 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.092329/2020-12
8. SUG nº 1 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.099924/2020-89
9. SUG nº 1 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.099634/2020-35
10. SUG nº 1 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.092315/2020-07
11. PEC nº 19 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.055218/2020-25
12. PL nº 772 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.048518/2020-58
13. PL nº 772 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.043255/2020-91
14. PL nº 772 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.043307/2020-29
15. PL nº 772 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.045045/2020-37
16. PL nº 772 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.043280/2020-74
17. MPV nº 924 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.059440/2020-05
18. PL nº 772 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.045053/2020-83
19. PL nº 1985 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.099932/2020-25
20. PLC nº 80 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.095873/2020-16
21. PEC nº 65 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.095864/2020-25
22. SUG nº 1 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.092322/2020-09
23. PEC nº 65 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.099616/2020-53



24. PL nº 3418 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.099816/2020-14
25. PLC nº 134 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.095917/2020-16
26. PEC nº 65 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.099916/2020-32
27. PL nº 1615 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.095900/2020-51
28. PEC nº 65 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.099908/2020-96
29. SUG nº 1 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.095891/2020-06
30. PEC nº 65 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.095859/2020-12
31. SUG nº 1 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.095883/2020-51
32. PL nº 1985 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.099581/2020-52
33. PLC nº 72 de 2012. Documento SIGAD nº 00100.099939/2020-47
34. PL nº 3657 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.095908/2020-17
35. PL nº 772 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.050947/2020-95
36. PL nº 772 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.043310/2020-42
37. PL nº 3364 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.108735/2020-12
38. PEC nº 65 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.094483/2020-29
39. PLC nº 80 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.007284/2021-70
40. PL nº 248 de 2017. Documento SIGAD nº 00100.007325/2021-28
41. PL nº 4476 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.007316/2021-37
42. PEC nº 31 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.007312/2021-59
43. PLC nº 80 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.007321/2021-40
44. PLC nº 61 de 2013. Documento SIGAD nº 00100.002533/2021-31
45. PL nº 3657 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.002422/2021-24
46. SUG nº 1 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.002496/2021-61
47. SUG nº 1 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.002491/2021-38
48. PLC nº 80 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.002463/2021-11
49. PLC nº 80 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.002472/2021-10
50. PLC nº 80 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.002465/2021-18

Secretaria-Geral da Mesa, 22 de fevereiro de 2021.

(assinado digitalmente)

JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

